



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TURMAS RECURSAIS**

INFORMATIVO TR-PE Nº 11-2018

1ª Turma

Presidente e 3ª Relatoria: Juiz Federal Paulo Roberto Parca de Pinho

1ª Relatoria: Juiz Federal José Baptista de Almeida Filho Neto

2ª Relatoria: Juiz Federal Flávio Roberto Ferreira de Lima

Suplente: Juíza Federal Liz Corrêa de Azevedo

2ª Turma

Presidente e 3ª Relatoria: Juíza Federal Kylce Anne Pereira Collier de Mendonça

1ª Relatoria: Juiz Federal Jorge André de Carvalho Mendonça

2ª Relatoria: Juiz Federal Frederico Augusto Leopoldino Koehler

Suplente: Juíza Federal Felipe Mota Pimentel

3ª Turma

Presidente e 2ª Relatoria: Juiz Federal Joaquim Lustosa Filho

1ª Relatoria: Juíza Federal Polyana Falcão Brito

3ª Relatoria: Juiz Federal Claudio Kitner

Suplente: Juiz Federal Isaac Batista de Carvalho Neto

1ª TURMA RECURSAL

[0502465-39.2018.4.05.8302](#)

SEGURIDADE SOCIAL. BENEFICIO ASSISTENCIAL. LOAS. ART. 203, INCISO V, DA CF/88. LEI Nº 8.724/93. SENTENÇA IMPROCEDENTE. MISERABILIDADE. VERIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE SE EXAMINAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA PARTE AUTORA POR PERÍCIA MÉDICA. SENTENÇA ANULADA. RECURSO DO PARTICULAR PREJUDICADO.

[0500292-15.2018.4.05.8311](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO/ESPECIAL. CONVERSÃO DO TEMPO ESPECIAL EM COMUM. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE. AGENTE NOCIVO CALOR. COMPROVAÇÃO DA EXPOSIÇÃO ACIMA DOS LIMITES DE TOLERÂNCIA. PERFIL PROFISSIONGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO. ATENDIMENTO. RECURSO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO.

[0502006-07.2018.4.05.8312](#)

BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE URBANA. DIB. DER. RECURSO DO INSS PARCIALMENTE PROVIDO.

[0502981-65.2018.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. COMPENSAÇÃO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO. SENTENÇA IRRETOCÁVEL. RECURSO IMPROVIDO.

[0501494-24.2018.4.05.8312](#)

SEGURIDADE SOCIAL. BENEFICIO ASSISTENCIAL. LOAS. ART. 203, INCISO V, DA CF/88. LEI Nº 8.724/93. SENTENÇA IMPROCEDENTE. MISERABILIDADE VERIFICAÇÃO. ANALISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. REQUISITOS LEGAIS SATISFEITOS. RECURSO DO PARTICULAR PROVIDO.

[0502142-19.2018.4.05.8307](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. ANOTAÇÃO NO CNIS. PRESCINDIBILIDADE. TRABALHADOR RURAL EM AGROINDÚSTRIA. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL. DECRETO 53.831/64. TRABALHO EXERCIDO EM ENGENHO. TEMPO CONSIDERADO ESPECIAL. EXPOSIÇÃO A AGENTES QUÍMICOS. FÓSFORO. MEDIÇÃO QUALITATIVA. ANEXO 13 DA NR-15. RECURSO DO INSS IMPROVIDO.

[0500522-75.2018.4.05.8305](#)

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO ESPECIAL DO *DE CUJUS* AO TEMPO DO ÓBITO. REQUISITO NÃO PREENCHIDO. RECURSO DO INSS PROVIDO.

[0501853-14.2017.4.05.8310](#)

DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. INDENIZAÇÃO DE CAMPO. ART. 16 DA LEI Nº 8.216/1991. IMPOSSIBILIDADE. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. LEI 8.745/93. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. IMPROVIMENTO DO RECURSO.

[0516704-88.2017.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. RECURSO DO PARTICULAR IMPROVIDO.

[0501223-27.2018.4.05.8308](#)

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REQUISITOS LEGAIS NÃO SATISFEITOS. QUALIDADE DE DEPENDENTE (UNIÃO ESTÁVEL) NÃO DEMONSTRADA. RECURSO INOMINADO IMPROVIDO.